

“O peso do silêncio vai acabar nos engasgando”: O uso de Escrivivências como estratégia contra-hegemônica para uma educação decolonial¹

“El peso del silencio terminará por asfixiarnos”: El uso de las Escrituras como estrategia contrahegemónica para una educación decolonial

Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Professora adjunta – Faculdade de Educação
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
ddanipassos@gmail.com

Juliana Moreira Borges

Mestranda em Educação
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
juborges13@yahoo.com.br

Recebido: 10/03/2023

Aprovado: 26/06/2023

Resumo: O objetivo do artigo é apresentar as “escrevivências” como ferramentas de incentivo para uma educação decolonial e antirracista, propondo uma nova forma de pesquisa, que vá além de uma “história única”. A proposta é que seja pensado a partir de vivências, principalmente das mulheres negras, as identidades brasileiras, entre elas, a valorização da história dos povos negros. A estratégia de escrever de si, além de protagonizar novos saberes, promove a discussão crítica e reflexiva no campo social. Mesmo sendo uma escrita feita a partir de particularidades, por tratar da comunidade negra, esta remete, também, às questões coletivas e sociais. Como metodologia, o artigo utilizará da escrita de si, das escrevivências, como forma de evidenciar saberes, culturas e realidades da vivência cotidiana feminina negra. O texto inicia com um fragmento elucidativo sobre a colonização e suas consequências, sendo a descolonização uma forma de repensar todo esse processo; e em seguida as escrevivências serão abordadas como estratégias de se manter uma memória contra-hegemônica.

Palavras-chave: Escrevivências; Decolonização; Mulher negra.

¹ Este texto é parte da pesquisa intitulada “Ela não tem pai, mas tem mãe: Educação e relações étnico-raciais sob a perspectiva de famílias monoparentais femininas negras” defendida no ano de 2022 no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – FaE/UEMG.

Resumen: El objetivo del artículo es presentar los "escritos" como herramientas incentivadoras de una educación decolonial y antirracista, proponiendo una nueva forma de investigación que va más allá de un "relato único". La propuesta es que las identidades brasileñas sean pensadas a partir de experiencias, principalmente de mujeres negras, entre ellas, la apreciación de la historia de los pueblos negros. La estrategia de escribir sobre uno mismo, además de promover nuevos conocimientos, promueve la discusión crítica y reflexiva en el campo social. Si bien es un escrito hecho a partir de particularidades, al tratar de la comunidad negra, también se refiere a cuestiones colectivas y sociales. Como metodología, el artículo utilizará la autoescritura, la escritura, como forma de mostrar conocimientos, culturas y realidades del cotidiano de las mujeres negras. El texto comienza con un fragmento esclarecedor sobre la colonización y sus consecuencias, siendo la descolonización una forma de repensar todo este proceso; y luego se abordarán las escrituras como estrategias para mantener una memoria contrahegemónica.

Palabras clave/Keywords: Escritos; Descolonización; Mujer negra.

Introdução

Desde que os signos gráficos foram criados como forma de comunicação têm sido usados para que haja manutenção das ideias, difundindo pensamentos e estabelecendo o poder da linguagem escrita. Através destes registros aprendemos e firmamos vínculos com o passado.

Escrever tem sido a maior forma de registrar a história, capaz de dialogar entre gerações, rompendo limites geográficos, limites de tempo e limites culturais. Porém, existem limites que foram consolidados, tornando os registros dos povos negros, e em especial da mulher negra, um tanto restritos. Esta parcela da sociedade foi calada pelos escritos hegemônicos de quem escreveu e contou suas ideias a partir de vivências brancas, negligenciando que não existe um ponto de vista ou uma história apenas. O mundo é feito de muitas realidades que foram extintas por não terem tido a possibilidade de serem escritas ou ouvidas. Quando Audre Lorde (1977) afirma que “o peso do silêncio vai terminar nos engasgando”, ela se refere ao silêncio que paira nas vivências e culturas negras. Este engasgo deve ser lido como impulso ao fôlego necessário para que o silêncio seja rompido. Como aponta Miranda e Araújo (2019, p. 387), “quem não fala, não existe, não decide, não participa, não está representado.”

Contar suas próprias histórias: esta tem sido uma das tarefas dos ‘outros’, inventados nos discursos coloniais. A mulher negra cansou de ser “objeto de estudo” de estudos eurocêntricos que não relatam as profundidades sobre suas vivências. Não que a mulher negra não queira protagonizar

estudos, ela quer, desde que haja a substituição de “mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando a sua própria história” (XAVIER, 2019, capa). Esta é a proposta das escrituras. Escrita real da vivência, nesse trabalho, da vivência da mulher negra na intenção de tensionar o coletivo.

“Somos herança da memória. Temos a cor da noite, filhos de todo açoite fato real de nossa história”. Este fragmento da música Identidade de Jorge Aragão² diz da herança histórica da população negra. Ao nos depararmos com fatos antigos, é sabido que os propagadores da informação cuidaram de analisar o cenário, a partir de seus fundamentos, valorizando conceitos que para eles são essenciais, negando por vezes que a história tenha diferentes pontos de vista e recusando a herança afrodiaspórica. Assim, a memória referente à população africana normalmente envolve escravização, sofrimento e racismo.

Para Boaventura de Souza Santos (2010, p. 15) “toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo pressupõe uma ou várias epistemologias”. Pensando nisto, as escrituras pretendem usar do universo social negro na intenção de que estes saberes sejam valorizados. A finalidade é que a população afrodiaspórica seja herança de uma história contada por elas, usando sua ancestralidade.

Os pilares usados no processo da educação brasileira, se deu pelo viés da colonização e portanto, foram ensinamentos eurocêntricos, sendo que a escrita da população negra foi feita por mãos brancas. Escrever é uma ação que visa propagar vozes caladas por outras narrativas, um movimento que pretende desaprender a história hegemônica e reaprender, a partir de recontos ancestrais, vivências negras, para que outras culturas sejam protagonizadas pela sua resistência.

Existe um movimento que manteve a cultura do povo negro viva, apesar da violência e do investimento para que houvesse um apagamento das tradições afrodiaspóricas. Este movimento é conhecido por resistência. Foi esta obstinação que sustentou e conservou a cultura da diáspora africana presente, mesmo que nas margens sociais. A manutenção da religião de matriz africana, apesar das proibições e demonizações, bem como a capoeira, apesar de ser temida e até legalmente

² A música de Jorge Aragão “identidade” contém uma crítica ao racismo brasileiro por vezes camuflado. Ela foi escrita por ele mesmo no ano de 1992 é possível conhecer melhor a canção no site <https://www.letras.mus.br/jorge-aragao/77012/> acesso em 23 de junho de 2022.

reprimida³, é exemplo de que as pessoas são peças fundamentais para estabelecer a presença africana no arcabouço cultural brasileiro. Sem as memórias das pessoas e sua persistência em ser, não haveria cultura que resistisse a todo projeto de apagamento e violência; foram os indivíduos negros os responsáveis pela sobrevivência da sua cultura vinda da África. Esta resistência perseverou e as mulheres negras foram o suporte necessário em muitas batalhas coletivas e individuais de um período onde a resistência era o ato lícito da sobrevivência do corpo e da memória. As pessoas são as memórias vivas capazes de sustentar a diáspora africana presente no Brasil, memórias estas tratadas com indiferença pela comunidade acadêmica.

Boa parte da comunidade científica produziu por anos narrativas da história tendo como valor epistemológico uma hegemonia branca, principalmente devido ao processo colonizador que trouxe junto com as “embarcações”, a imposição de indicadores eurocêtricos. Estabeleceu-se padrões que são desafiados cotidianamente com comportamentos revolucionários que buscam romper tal imposição.

Dito isso, vale destacar que as atitudes decolonizadoras são possíveis e isso exige uma tomada de consciência profunda. “Em primeiro lugar uma compreensão de quem somos nós” (CARVALHO, 2017 p. 89). Escrever de si, a partir de suas vivências e saberes que foram passados por gerações pode oportunizar uma reformulação de ciências legitimadas e uma desconstrução de padrões estabelecidos. Pode permitir que saberes perdidos e esquecidos pelo processo colonial sejam resgatados. O uso de escrituras como estratégia decolonial oportuniza a partir de saberes sutis uma explanação sobre a realidade da mulher negra e sua colaboração epistêmica. Proporciona a visão nítida de situações sociais cujas realidades são escondidas pela marginalização de parte da população. Apresenta um novo viés sobre o que é o conhecimento, sobre como é ser mulher negra em um país que foi educado para subalternizar o conhecimento que advém das camadas populares.

Nilma Lino Gomes (2018), ao tratar do processo de subalternização colonial, afirma que “a colonialidade é resultado de uma imposição do poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo” (p. 227). Provocar uma fala que foi emudecida pode reconstruir

³ A Lei da vadiagem entrou em vigor logo que os escravizados foram libertos de sua condição em 1890. A proposta desta lei era a criminalização de condutas como vadiagem, mendicância, embriaguez e da prática da capoeira. Um modo de higienização social. Esta lei durou 101 anos e foi revogada em 1991.

o falso discurso de que “não temos praticamente nenhuma narrativa própria para contar” (CARVALHO, 2017, p. 89).

Por fim, a proposta deste texto é abordar o processo de decolonização enfatizando as consequências do método colonizador para pensar a sociedade. O uso do recurso das escrituras nos auxilia como estratégia, apresentando o uso de tal prática por autoras que já possuem esta praxe de escrever a população afrodiaspórica, no intuito de manter memórias, histórias e raízes.

Vencer o colonialismo com práticas decoloniais

Não é que eu
Seja racista...
Mas existe uma
História
Que só os NEGROS
Sabem contar
...Que poucos podem
Entender. (Elé Semog)

O processo do colonialismo diz respeito a uma política de modernização e organização colonial no mundo com a imposição de saberes, estruturas, religiões, comportamentos e padrões tratados como únicos e baseados na visão europeia enquanto universal. Tudo que se desvia desta estrutura monolítica era/será classificado como o outro. O Brasil sofreu este impacto colonizador quando os portugueses ocuparam o espaço, as vidas, as crenças, a saúde e a tranquilidade de milhares de índios que aqui viviam. Colonizar é exatamente isto, impor um formato padrão e tratar as individualidades do outro com insignificância, frente a uma soberania imposta. Ainda no tempo presente é preciso lidar com um colonialismo moderno que manteve o seu domínio. Este colonialismo epistêmico e ontológico pode definir os acessos que temos, ou seja, o colonialismo da subjetividade.

O colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma reflexão extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS, 2010, p. 23).

Muitas estratégias foram usadas para ocultar existências outras que não as europeias. Emudecer as mulheres foi uma delas. A máscara de Anastácia⁴ é um objeto que representa a tentativa de silenciamento das mulheres escravizadas no período do Brasil colonial, uma vez que a fala é um poder, é uma maneira de ser. Anastácia foi sentenciada a usar a máscara por toda a vida, o simbolismo desta ação inclui todas as mulheres em uma tentativa de eterno apagamento e diz respeito à falta de direitos e de oportunidades da mulher negra. Silenciar os negros foi um instrumento de anulação da cultura da diáspora africana e, provavelmente, o sentido contrário a esta conduta passa por oportunizar que estas vozes sejam ouvidas. Além do silenciamento, a máscara impede que os bens dos senhores, como a cana ou o cacau, sejam devorados pelos seus cultivadores. Neste sentido, o “sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violento, a bandida/o, o indolente, maliciosa/o” (KILOMBA, 2019, p. 37).

As vivências ancestrais nos ensinaram que a mudez nunca foi uma tática de mudança do cenário, que busca o silenciamento como forma de manutenção do poder. Resgatar as vivências passadas pode ser uma postura contrária ao silenciamento dos povos negros. Isto garante que haja mobilizações com respaldo de existências passadas, ou seja, não existe uma batalha atual, mas sim histórica. Quase dois séculos após a independência do Brasil, o questionamento sobre as consequências de imposições culturais e sociais persiste e atualmente se apresenta mais inflamado. Este comportamento crítico segue amparado por um movimento mundial que instiga perguntas acerca da estrutura que sustenta a sociedade e busca a partir das dúvidas promover um diálogo revolucionário com uma compreensão decolonizada.

A decolonialidade vem neste sentido mostrar resistência, opera de forma crítica ao que foi imposto e que, no contexto colonial, encontrou aval na Igreja e na ciência para que se estabelecesse de modo a pertencer intrinsecamente. O decolonialismo propõe um diálogo crítico para além de racismos e sexismos vivenciados; propõe intervenções, acadêmicas ou não, capazes de apresentar novas perspectivas e novas construções para além das atividades intelectuais; trata-se de consciência

⁴ A máscara do silenciamento, também conhecida como máscara de Anástácia, escrava que foi condenada a usar a máscara por toda a vida representa os efeitos coloniais que emudece a população afrodiáspórica, o objeto faz “parte do projeto colonial”. Sobre a máscara, Grada Kilomba (2019) diz que “era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa.” (p. 33)

social e da compreensão de que estar à margem foi condição imposta pela herança colonial. Decolonialidade é um termo que propõe uma perspectiva crítica e desconstruída de educação, questionando a colonização e os impactos dela como resultados sociais em suas diferentes vertentes.

Assim, a educação se apresenta como lugar difusor das ideias decoloniais e questionadoras. A escola por direito é lugar de todos e todas, acolhe negros, ciganos, índios, pessoas oriundas das camadas populares. Todos e todas buscam na escola uma solução salvacionista de um futuro melhor. Mas até que ponto esta educação se apresenta com diálogos abertos a todas as camadas? E até quando o diálogo não passa de uma imposição de normas culturais eurocêntricas? Com a intenção de promover um processo civilizatório com padrões construídos por anos, as bases educacionais foram firmadas sob fortes estruturas que oprimem e segregam. Estudos que envolvem as epistemologias negras, filosofias indígenas, feminismo, memórias imigrantes, são questionamentos que causam desconforto porque apresentam uma intenção de reestruturar o que está posto.

(...) o sistema educativo, tal qual conhecemos, tem sido um dos instrumentos de maior eficácia sobre a população utilizada na colonização do poder. O ensino eurocentrado tem moldado a forma como pensamos, qual tipo de relação devemos ter com a natureza, com os modelos de civilização e expurgo dos atuais bárbaros: a expansão neoliberal tem tido espaço reservado nas salas de aula, hierarquizando a educação, inscrevendo o ideário de branqueamento nos corpos e mentes. A exclusão da participação das mulheres, indígenas, negros, ciganos, camponeses operários na escrita da história é parte de um poder que delimita o que deve ser estudado, e quais sujeitos devem ser exaltados e qual história deve ser contada (SILVA, 2019, p. 52).

Apresentar uma “consciência crítica” conforme propõe Paulo Freire pode incentivar questionamentos capazes de movimentar as sustentações e assim promover uma evolução científica. É nesta perspectiva que Paulo Freire propõe a sua *Pedagogia do Oprimido*. Um dos grandes tensionamentos trazidos pelo autor à instituição escolar diz respeito justamente à amplitude que é o processo educativo. Freire nos revela que os/as educandos/as são sujeitos socioculturais e que trazem em sua bagagem ricos conhecimentos, muitas vezes invisíveis para a escola. Também nos ensina que:

[...] existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (...), Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens [...] (FREIRE, 2005, p. 90).

A partir deste pensamento, Freire nos revela que educação é sinônimo de formação humana, indicando que o processo educativo é muito mais amplo que o processo de escolarização. Com esta formulação abre-se uma porta para que possamos olhar para além dos muros da escola, pensando a educação como todas as formações humanas. A escola é importante mediadora do processo de ensino-aprendizagem, mas também impera o preconceito, o sexismo, a xenofobia por conta da diversidade que a compõe. Assim, para além, precisamos saber quais as realidades têm sido fortalecidas pelas estruturas do colonialismo e quais epistemes foram abandonadas neste processo.

Nos países pluriétnicos e multinacionais, o conhecimento pluriversitário está a emergir ainda no interior da própria universidade quando estudantes de grupos minoritários (étnicos ou outros) entram na universidade e verificam que a sua inclusão é uma forma de exclusão: confrontam-se com a tábua rasa que é feita das suas culturas e dos conhecimentos próprios das comunidades donde se sentem originários. Tudo isso obriga o conhecimento científico a confrontar-se com outros conhecimentos e exige um nível de responsabilização social mais elevado às instituições que o produzem e, portanto, às universidades. À medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta insere-se mais na ciência. A universidade foi criada segundo um modelo de relações unilaterais com a sociedade e é esse modelo que subjaz à sua institucionalidade atual. O conhecimento pluriversitário substitui a unilateralidade pela interatividade, uma interatividade enormemente potenciada pela revolução nas tecnologias de informação e de comunicação (SANTOS, 2010 p. 31).

O projeto de nação construída sem a voz dos negros pode ser reformulado, para isso é necessário que a literatura negra comece a ganhar espaço, derrubando os cânones acadêmicos. Esta valorização de memórias apagadas pela colonização que foram desvalorizadas pode instigar o pensamento crítico proposto por Freire e por outros/as pensadores/as que incentivam a decolonialidade. As escrituras vêm neste sentido, como possibilidade de mostrar as histórias silenciadas por escritas hegemônicas e que contam verdades parciais. Escrituras oportunizam que personagens atuais munidos de letramento ou não busquem na ancestralidade a história silenciada, oportunizando que as vozes caladas sejam ouvidas e que o passado e o presente tenham novas perspectivas.

Escrevivências como oportunidade de decolonizar o saber

“O que os livros escondem, as palavras ditas libertam. E não há quem ponha um ponto final na história.” (Conceição Evaristo).

Inúmeras foram as formas de descredibilizar as identidades dos colonizados estabelecendo padrões de poder sob modos “outros” de pensar o viver. Esta “colonialidade de poder”, como apresenta Aníbal Quijano (2005, definiu os binarismos que dividem a sociedade estabelecendo os valores, descredibilizando a história da população da diáspora. Ainda de acordo com Quijano (2005, p.118), “as novas identidades históricas, produzidas sobre a base da ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho”. Assim, o poder eurocêntrico associado ao conceito criado de raça manteve a manutenção do discurso centrado em suas convicções e deste modo estabeleceram quais as linguagens poderiam ser ouvidas. O movimento de possibilitar que as vozes ancestrais e subalternas das margens ecoem saberes e críticas se faz necessário e tem o poder de oportunizar que memórias contra-hegemônicas façam parte do acervo cultural da humanidade.

Catherine Walsh (2009) propõe através de diálogos com Paulo Freire e Frantz Fanon que as pedagogias incentivem o “pensar a partir de” e o “pensar com” como propostas de rever “a condição ontológico-existencial-racializada dos colonizados, apontando novas compreensões próprias de colonialidade do poder, saber e ser (...)” (p. 38). Toda a base firmada pela estrutura social condicionada pelo norte global pode ser abalada a partir do momento que novos saberes forem apresentados. O padrão de poder capitalista junto com as demais formas de dominação (cisheteropatriarcado e racismo) devem ser questionados; e será possível perceber que a heterogeneidade histórico-estrutural mencionada por Aníbal Quijano (2005) vem como um impulsionador para se tratar de variados caminhos na construção de memórias contra-hegemônicas. Pensando nas estratégias para incentivar e viabilizar esta construção, as escrevivências podem ser usadas como estratégias de valorização dessas memórias.

Escrevivências, este termo que transborda filosofias da diáspora africana foi criado pela escritora Conceição Evaristo e tem a ver com escrever de si. Quando Evaristo criou o termo escrevivências em 1994 estava envolvida com sua pesquisa de mestrado na Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro, onde a autora investia em conhecer mais sobre a literatura negra. Conceição Evaristo apresenta o hábito de associar palavras para criar termos a fim de potencializar seu significado, com o surgimento da palavra *escrevivência* não foi diferente. “Era um jogo que eu fazia entre a palavra ‘escrever’ e ‘viver’, ‘se ver’ e culmina com a palavra ‘escrevivência’” (EVARISTO, 2020). Ela usa o termo como provocador de denúncias e a mulher negra com suas vivências se tornam os elementos literários que compõem suas obras com reflexões críticas às desigualdades raciais e sociais.

(...) o que a minha memória escreveu em mim e sobre mim, mesmo que toda a paisagem externa tenha sofrido uma profunda transformação, as lembranças, mesmo que esfiapadas, sobrevivem. E na tentativa de recompor esse tecido esgarçado ao longo do tempo, escrevo (Depoimento da escritora Conceição Evaristo durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009 na Faculdade de Letras da UFMG.)

As histórias e memórias contadas a partir de *escrevivências* resgatam recordações ancestrais capazes de manterem vivas e difundidas ideias ontológicas da diáspora africana que se perderam pela colonialidade. Miranda e Araújo (2019) afirmam que este processo exige reconstrução e que a saída é esta: “aprender de nós mesmos a partir de memória ancestral” (2019, p. 388). Como consequência desta “desaprendizagem” é possível construir novas perspectivas direcionando o olhar para o que foi abafado pelo poder da modernidade. Valorizar o conhecimento das margens, rever o padrão estabelecido, questionar os binarismos que subalternizam determinado grupo “tudo isso implica em escrever às avessas, imprimindo outros discursos” (*Ibidem*, p. 389) e esta prática deve ser pensada e tensionada na intenção de condicionar protagonistas outros a uma centralidade.

De certo modo, o termo *escrevivências* ganhou maior notoriedade nos últimos anos. Na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por exemplo, das 40 pesquisas envolvendo o tema, 25 datam dos últimos 3 anos (2019, 2020 e 2021). Isto evidencia o quanto as mobilizações no ambiente acadêmico estão reverberando pesquisas que buscam modificar as narrativas e os cânones acadêmicos, objetivando protagonizar a escrita de mulheres negras como denúncias.

As reverberações no âmbito científico acabam por refletir nas mais diversas mobilizações sociais. Em 2019 a escola de Samba do Rio de Janeiro “Acadêmicos da Abolição” investiu em um desfile que abordou as *escrevivências* e sua potência enquanto ferramenta literária e crítica ao

sistema. Intitulado “Conceição Evaristo - A Escrivivência Abolicionista em Versos, Poemas e Contos”, o samba-enredo apresentou as escriturivências como uma forma de criticar as violências vivenciadas pela população da diáspora africana, inserindo a autora Conceição Evaristo como abolicionista que rompe com o silenciamento da mulher negra, libertando-as de seu emudecimento. A associação entre samba e escriturivências forma um conjunto simbólico potente. Uma vez que o samba é uma manifestação cultural afrodiáspórica, levar a escritora e este enredo ao domínio destes indivíduos é um ato de resistência e mobilização cultural e de militância. A letra deste samba reverbera incômodos sociais e inquietudes de um sistema que mantém o negro na condição de subalterno.

Balança a saudade no peito
A dor pelos meus ancestrais
Mulheres (sem voz), sem direitos
Guerreiras dos próprios ais
Ecoa a voz dos porões, lamento
Senzala grita em obediência
E hoje a comunidade oprime
A luta se faz regime
Mas brotam as sentinelas
As filhas que pedem liberdade
O fim de toda a maldade
Eis a voz de todas elas
Ainda choram as lágrimas de outrora
O meu quilombo é chamado de favela
Enquanto o negro continua escravizado
Vai sonhando acordado vive uma quimera
África pequena fonte que traz recordação
Samba vem do terreiro de Ciata
Resistência! Na voz o clamor
Cantando em versos poemas de amor
Orgulho negro se fez imortal
Kizomba! É homenagem a Zumbi
Iluê é tradição nagô
Pergunte ao criador
Quantas lágrimas na tela
Tem sangue banto colorindo essa aquarela
Negra flor, eis a senhora liberdade!
Escrivivência em poesia
Num canto negro, um pedido de igualdade
Avisa a casa grande, é chegada a Abolição
Escrita assinada pelas mãos de Conceição
Reescreve a história baseada no respeito
Contra toda a injustiça, pelo fim do preconceito

Lélia Gonzalez apresentava por característica principal a proposta de uma escrita ao alcance e compreensão de todos. Neste sentido, esta autora negra, brasileira com discurso antirracista que mobilizou os movimentos sociais no Brasil, criou um termo que retrata bem as características da nossa forma de comunicação: o pretoguês. O pretoguês para Lélia era a forma de linguagem que mais se aproximava da população afrodiáspórica, como ela mesma dizia “sem frescura”. Para Lélia “a cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos é diferente de Portugal. Nosso português não é português é ‘pretoguês’” (1984 p. 205-206). A autora se referia sobre identidade e sobre acessibilidade e compreensão. A forma que tentam encaixar o negro brasileiro nos padrões da Europa desde que foram tirados da África pode ser lido como um epistemicídio. Assumir uma identidade própria promove uma nivelção no campo literário. Escrever a população negra com suas características culturais e estético-corpóreas é escrever.

No período em que os escravizados eram trazidos para o Brasil, uma cerimônia simbólica usual no processo de partida do continente africano era a árvore do esquecimento⁶. Esta árvore era usada ritualisticamente em um processo de desassociação deste sujeito com sua memória e cultura ancestral. Enquanto a pessoa rodava em torno da árvore, repetia palavras de ordem quanto ao esquecimento de sua história, anulando as suas vivências naquele continente e se preparando para um novo começo. A intenção simbólica neste rito de anulação era romper com as representatividades africanas na esperança de que fossem moldados sujeitos mais “embranquecidos” pela cultura europeia. As memórias trazidas com este corpo nunca foram um elemento importante na construção da identidade nacional, que teimava em procurar manter padrões culturais europeus.

Decolonizar nossas práticas e nossos olhares pode ser desafiador, mas sua característica libertadora apresenta que pode ser feito a partir de inúmeras estratégias, com recursos dos mais variados, levando em consideração a importância de valorizar o sujeito emudecido. Gayatri

⁵ O Samba-Enredo da Acadêmicos da abolição 2019 - “Conceição Evaristo - A Escrivência Abolicionista em Versos, Poemas e Contos” está disponível no endereço <https://www.letras.mus.br/academicos-da-abolicao/samba-enredo-2019-conceicao-evaristo-a-escrevencia-abolicionista-em-versos-poemas-e-contos/> acesso em 23 de junho de 2021

⁶ Conheça mais sobre a árvore do esquecimento no artigo “A árvore do esquecimento e as tentativas de destruição da memória afrodiáspórica” disponível no endereço <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/3860/pdf> acesso em 23 de junho de 2021.

Chakravorty Spivak (2010), em seu livro *Pode um subalterno falar?* apresenta a “resistência da subalternidade”, principalmente para a mulher negra e periférica. A questão central presente no livro tem a ver com o questionamento “o que a elite deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno?” (SPIVAK, 2010, p. 110). Sem continuar a cometer violências epistêmicas e sem manter a mulher negra “tão muda como sempre esteve” (p. 112). A resposta tem a ver com a conduta do pesquisador que se propõe a explorar a vivência desse “outro”.

Ao buscar aprender a falar ao (em vez de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna, o intelectual pós-colonial sistematicamente ‘desaprende’ o privilégio feminino. Essa desaprendizagem sistemática envolve aprender a criticar o discurso pós-colonial com as melhores ferramentas que ele pode proporcionar e não apenas substituindo a figura perdida do(a) colonizado(a) (SPIVAK, 2010, p. 114).

Pensando a partir desta proposta de “falar ao”, o uso das “escrevivências” pode ser uma estratégia usada como forma de demonstração, valorização, comunicação e resistência. Conhecidas como narrativas, as escrevivências trazem a realidade transparente de um cotidiano acessível ao/a leitor/a. Frequentemente, Conceição Evaristo ressalta a importância das escrevivências para a explanação da realidade dos negros no Brasil. Principalmente da mulher negra. Para a autora, “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos” (EVARISTO, 2007. p. 21).

Conceição Evaristo usa esta estratégia de escrita para apresentar, através de seus contos ou poemas, vivências de mulheres. Inspirada nas mulheres negras, esta literatura aproxima da realidade brasileira e se torna reflexo de contextos reais. Assim é capaz de ilustrar exatamente como a mulher que vive nesta interseção de vias de opressão caminha nessa estrada a ela demarcada e as ações de resistências e de autoconhecimento, além da crítica social que fomenta a consciência do/a leitor/a. Ela é capaz de inventar um mundo que existe. A autora é flexível nos assuntos abordados, conseguindo mesclar entre gênero, aborto, maternidade, carreira profissional, prostituição, relacionamento homoafetivo, corporeidade negra entre outros. A autora afirma que mesmo nesta ambivalência entre o escrito e o vivido, “afirmo que, ao registrar essas histórias, continuo no premeditado ato de traçar escrevivências” (EVARISTO, 2016, p. 07).

Foi em uma ambiência escolar marcada por práticas pedagógicas excelentes para uns, e nefastas para outros, que descobri com mais intensidade a nossa condição de

negros e pobres. Geograficamente, no Curso Primário experimentei um “apartaid” escolar. O prédio era uma construção de dois andares. No andar superior, ficavam as classes dos mais adiantados, dos que recebiam medalhas, dos que não repetiam a série, dos que cantavam e dançavam nas festas e das meninas que coroavam Nossa Senhora. O ensino religioso era obrigatório e ali como na igreja os anjos eram loiros, sempre. Passei o Curso Primário, quase todo, desejando ser aluna de umas das salas do andar superior. Minhas irmãs, irmãos, todos os alunos pobres e eu sempre ficávamos alocados nas classes do porão do prédio. Porões da escola, porões dos navios (Depoimento da escritora Conceição Evaristo durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009 na Faculdade de Letras da UFMG.)

Conceição Evaristo consegue apresentar, a partir da sua experiência, que o racismo estrutural e institucional esteve e está presente no ambiente escolar, e que foi velado por anos. A denúncia enfática revelada por suas falas consegue transmitir a realidade vivida até hoje por muitas crianças negras, mesmo depois da sanção da Lei 10639/03⁷. Um fragmento capaz de dizer sobre inúmeros assuntos atuais e em pauta. Registrar os fatos e escrever pode mobilizar resistências, pode incentivar mudanças e radicalismos antes mascarados.

Esta prática de registrar a sociedade foi feita há algum tempo pela primeira pessoa a praticar escrevivências (antes mesmo desta denominação). Maria Firmina dos Reis (1822–1917), mestiça, professora e abolicionista da época, foi a primeira escritora do Brasil a pensar a “escrita de si”. Maria Firmino escrevia sobre a realidade brasileira dentro do sistema escravocrata com posicionamentos antiescravistas. “É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos”⁸. Suas escritas possuem linguagem suavizada para que houvesse aceitação da elite brasileira (possíveis leitores da época), mesmo assim era possível perceber a crítica nas linhas que constituía as obras. Em suas narrativas, a autora usava a escravização em suas escrevivências. No conto “A escrava” (1887) em que se lê que “a escravidão é e sempre será um grande mal”, a autora não sabia, mas até hoje a população brasileira sofre consequências com o mal do processo escravocrata. Como é importante saber pela escrita de mulher negra os incômodos reais da época. É possível ver fragmentos da diáspora africana presentes em cada detalhe das suas obras. Esta resistência que fez com que Maria Firmino escrevesse sobre as

⁷ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 20 de maio de 2021.

⁸ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis>. Acesso em: 14 out. 2020.

indisposições sociais colabora como registro documental de um período desumano aos africanos trazidos para o trabalho escravizado. Diferente de ler, por exemplo, *Casa grande e Senzala* de Gilberto Freyre que apresenta um protagonismo branco e com certa incoerência na realidade da diáspora negra.

O livro *Casa Grande e Senzala* (1933) pode ser considerado um escrito que provocou o ressurgimento de memórias do período colonial, uma vez que aponta elementos e vivências cotidianas do funcionamento do sistema da época, com narrativas de uma convivência harmoniosa entre o escravo e o seu senhor. No entanto, neste mesmo livro é possível perceber um discurso que fortaleceu e fundamentou o mito da “democracia racial”, além de ser perceptível uma hierarquia cultural, com tendência à valorização da cultura europeia. A disseminação desta obra contribuiu para que os marcadores raciais fossem invisibilizados por anos e a cultura do branqueamento se tornasse uma estratégia de apagamento da cultura da diáspora africana. Este apagamento cultural impediu que as tradições afrodiáspóricas ocupassem um lugar de valor na sociedade, silenciando e marginalizando os sujeitos negros, principalmente a mulher.

A linguagem e comunicação brasileira foram moldadas e o padrão estabelecido como refinado e superior foi o modelo europeu. A escrita de Carolina Maria de Jesus inclusive foi motivo de descrédito por se distanciar dos arquétipos literários tradicionalmente estimados. No entanto, esta obra que apresentava a condição marginal da sua e de muitas famílias na favela do Canindé no período de 1955 a 1960 foi capaz de despir e descortinar toda a realidade até então encoberta por mitos, tais como da democracia racial e da meritocracia.

Carolina Maria de Jesus. Mulher, negra, mãe solo de três filhos, moradora da favela, catadora de papel e escritora. A autora, hoje uma das escritoras brasileiras mais conceituadas dentro e fora do Brasil, sempre manifestou inquietude e indagações sociais pertinentes. O desassossego, a crítica e a consciência de raça mobilizam e são apresentados em seu livro a partir das suas vivências reais. Pode-se dizer que a obra *Quarto de despejo* é um exemplo forte de escrivências, o impacto desta obra no mundo acadêmico diz sobre a pertinência de difundir a prática e o cotidiano. Carolina, que teve a fome como inimigo habitual, apresenta a partir de suas vivências a força da mulher negra, sua resistência ao patriarcado, sua percepção da beleza do corpo negro, suas críticas ao sistema que a colocou em lugar marginalizado:

13 de Maio. Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair. [...] Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: – Viva a mamãe! A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim: –“Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude catar papel. Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (JESUS, 2019, p. 30).

Não existe saber mais valioso que o saber a partir das experiências, o olhar apurado de Carolina e a forma como ela é capaz de ler o funcionamento do sistema social, em um período onde os questionamentos acerca das estruturas estabelecidas ainda eram comedidos, provocam certo estarrecimento na mesma medida que causa orgulho pela perspicácia dela. Os relatos de Carolina Maria de Jesus datam entre os anos de 1955 e 1960. Mudanças ocorreram desde então, mas os incômodos persistem nos becos e vielas do país. As mulheres continuam as responsáveis pelos filhos, em sua maioria, e a maior parcela de mulheres monoparentais continuam na periferia.

Em dez anos, de 2000 a 2010, o Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3% . O aumento de famílias monoparentais é maior nas regiões mais pobres do país; o modelo de casal com filhos tem valores máximos na região Sul, e o Nordeste, região mais pobre do país, é onde mais aumenta a participação das mulheres chefes de família (IBGE, 2012).

Claro que ao tratarmos de escrituras esbarramos com um problema social que afasta a população negra do exercício de escrever suas memórias, o analfabetismo. Em 15 de outubro de 1827 foram legalizadas as primeiras escolas de letras para meninos e meninas. Em seu decreto oficial no “Art 1º, em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”⁹. No entanto, entre os cidadãos estavam excluídos os escravos. Em 1834, o

⁹ O decreto, assinado por Dom Pedro I, data 15 de outubro de 1827 e está disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm#:~:text=1%C2%BA%20Em%20todas%20as. Acesso em: 17 maio. 2021.

ato adicional na constituição, considerado um “marco fundamental e determinante na organização da educação brasileira” (CASTANHA, 2006, p. 174), definiu qual perfil de alunos/as poderia frequentar a escola. Enquanto os negros eram o principal componente de manutenção do serviço escravocrata, os brancos eram motivados a estudar para alcançar sua ascensão. A forma excludente do negro no campo da educação reverbera até hoje como reflexo destas políticas de exclusão. O Censo da Educação Superior no Brasil (2016) mostrou que existem hoje 10 mil professoras doutoras ocupando cadeiras acadêmicas nos programas de pós-graduação, destas apenas 216 são negras (0,4%). Não obstante, seguimos com representação de 80% como trabalhadoras domésticas. O esforço de uma pesquisadora negra na busca por notoriedade acadêmica pela escrita nem sempre é reconhecido e “apenas 6% de autores/as negros/as chegam às estantes e livrarias” (DELCASTAGNÈ, 2012).

Participar da construção epistemológica do Brasil sempre foi dificultado por que o negro não passava de um corpo trazido para força de trabalho. Tratar as escritivências a partir dos moldes tradicionais de escritas pode vir a ser um distanciador. Por isso há a necessidade de compreender as escritivências como um termo amplo, que abarca toda a escrita de uma pessoa, desde o seu sotaque e suas heranças simbólicas até o seu modo de se comunicar, que pode passar pela escrita.

A proposta de usar as escritivências como ferramenta metodológica alcançou o espaço acadêmico e algumas pesquisadoras têm usado este procedimento em suas pesquisas, eu sou uma delas. Quando propus que as sujeitas da pesquisa de mestrado em educação que estou mediando escrevessem sobre suas realidades, uma delas disse que: “seria ótimo, porque pela escrita eu consigo me comunicar de uma forma que eu não consigo pela fala” (Vanessa, 2021¹⁰). Quando ela disse isto, descreveu sobre o incômodo que a sociedade impõe em sua existência e que são negligenciadas.

Em outra oportunidade, outra sujeita que compõe a pesquisa (Marielle¹¹) disse do quanto a escrita de si tem fomentado críticas antes banalizadas. Oportunizar mais uma forma de comunicação e liberar as pessoas dos moldes tradicionais motiva que estas pessoas escrevam ou que outras autoras leiam estes personagens reais e representem em palavras acerca de uma coletividade em tom crítico e

¹⁰ Sujeita da pesquisa intitulada “*Ela não tem pai, mas tem mãe: Educação e relações étnico-raciais sob a perspectiva de famílias monoparentais femininas negras*”, Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana FaE/UEMG, Belo Horizonte, 2022)

¹¹ Sujeita da pesquisa intitulada “*Ela não tem pai, mas tem mãe: Educação e relações étnico-raciais sob a perspectiva de famílias monoparentais femininas negras*”, Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana FaE/UEMG, Belo Horizonte, 2022).

identitário. Pensando as pessoas negras como memórias vivas da ancestralidade, ao manter as práticas de escrever, este nicho pode contribuir para que a identidade negra seja fortalecida tanto no contexto da população quanto no arcabouço cultural, empobrecido de referências positivas da diáspora. Claro que as críticas contidas nestes exercícios literários serão fundamentais também como constructo político.

As Carolinas continuam por aí e os relatos provocativos de 1955 presentes em suas escrituras seguem vivos. “Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que a espada. E as feridas são incicatrizáveis” (JESUS, 2019, p. 43). Se mais Carolinas se propuserem a usar das palavras como armas, a guerra decolonial e antirracista poderá oportunizar maiores resultados, enfraquecendo o colonialismo que ainda impera. São muitas as mulheres negras que querem dizer e escrever sobre si, estão em todos os lados e precisam descobrir apenas o que Carolina descobriu: que a força dela não precisa ser física e que o mundo não possui escudo capaz de proteger a todas/os contra as verdades e saberes que as compõem. As vivências ancestrais nos ensinaram que a mudez nunca foi uma tática de mudança do cenário, que busca o silenciamento como forma de manutenção do poder. Resgatar as vivências passadas pode ser uma postura contrária ao silenciamento dos povos negros. Isso garante que haja mobilizações com respaldo de existências passadas, ou seja, não existe uma batalha atual, mas sim histórica.

Considerações finais

Desde a “árvore do esquecimento” até a atualidade existiram inúmeros movimentos que promoveram o apagamento da memória ancestral de povos de origem africana e sua diáspora. As escrituras neste sentido podem ser usadas para resgatar conhecimentos ancestrais que estão nos cantinhos da nossa sociedade. As mulheres de *Quarto de Despejo* ainda ocupam as favelas atuais e precisam continuar sendo lidas para que não percamos nossas identidades já suprimidas pelo imperialismo europeu. A escravatura atual persiste na periferia e o incômodo precisa ser mostrado ao mundo como forma de resistência, de crítica, de insatisfação. São inúmeros os detalhes perdidos, são tantas Carolina Maria de Jesus, estão em todas as vielas marginalizadas. Elas só precisam escrever suas realidades para que todos conheçam a potência da voz negra, para que esta voz negra ressoe junto com os julgamentos sobre as estruturas sociais que as colocou neste lugar que elas ocupam por

gerações. Elas precisam ser lidas para que a cultura afrodiáspórica não se perca cada dia mais como consequência de violências simbólicas devido ao colonialismo.

As mudanças almejadas por Maria Firmino dos Reis, Carolina Maria de Jesus Conceição Evaristo, e tantas outras escritoras que fazem da mulher negra seu recurso literário estão gradativamente acontecendo, e o movimento na ciência já reverbera, causando conflito no interior deste ambiente. “Menos do que resposta ao racismo institucional, essa nova epistemologia insere-se no desafio de colocar em prática projetos acadêmicos autônomos aos referenciais da ciência hegemônica” (XAVIER, 2019, p. 77).

A prática de “escrever” pode promover a literatura negra, a cultura afrodiáspórica perdida e junto com esta ascensão epistemológica, pode provocar denúncias e críticas construtivas à evolução social. As feridas tampadas por anos podem e devem ser expostas, apresentadas à humanidade a partir dos relatos das mulheres negras que vivem escondidas, às margens. Este pode ser o momento de “quebrar o elo dos grilhões” impostos pelo colonialismo; e uma forma de fazer isto é incentivar que o subalterno fale, que escreva, que tire as ataduras usadas para encobrir as feridas que incomodam a todos/as. A valorização da cultura negra que chegou nos porões dos navios negreiros demorou para acontecer, mas ainda há tempo. Mobilizar as estruturas e movimentar as bases construídas com suor negro pode provocar liberdade intelectual e potencializar as críticas sociais.

Talvez tenha certa ousadia nas expectativas das escrevivências, porque nasce de simplicidade, não deve mobilizar tanto as bases estruturais. A exemplo de *Quarto de despejo*, escrito na humildade de Carolina de Jesus, não se deve desmerecer a potência do que é sutil. Desconheço quem tenha lido a obra sem perceber a imponência das críticas contidas nela, sem se sensibilizar com a desigualdade visível nas hierarquias sociais, sem se encantar com o discurso empoderado da autora, sem valorizar a mulher que precisa alimentar sua família. Ninguém sai de uma escrevivência do mesmo modo que iniciou. É uma estratégia de escrever a sociedade, mas sem usar outras lentes, escrita real pela ótica da verdade.

Referências bibliográficas

ACADÊMICOS da Abolição. **Conceição Evaristo** - A Escrivência Abolicionista em Versos, Poemas e Contos. Disponível em: www.letras.mus.br/academicos-da-abolicao/samba-enredo-2019-conceicao-evaristo-a-escrevivencia-abolicionista-em-versos-poemas-e-contos. Acesso em: 19 maio. 2021.

ARAÚJO, Helena Maria Marques; MIRANDA Cláudia. Memórias contra-hegemônicas e educação para as relações étnico-raciais: práticas decoloniais em contextos periféricos. **Perspectiva**, v. 37, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e58787>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CARVALHO, Thaís Regina de. Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da educação infantil: experiências de Florianópolis/SC. *In: Educação e relações étnico-raciais. 38ª Reunião Nacional da ANPed*, São Luís do Maranhão, 2017.

DELCASTAGNÉ, Regina. **Literatura Brasileira contemporânea: um território contestado**. São Paulo: Horizonte, 2012.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento da minha escrita. *In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. Depoimento [Maio de 2009]. I Colóquio de escritoras mineiras. Belo Horizonte: UFMG, 2009

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016a.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016b.

EVARISTO, Mara. **Núcleo de Estudos das Relações étnico-raciais**, 2020. Disponível em: <http://etnicogenero.blogspot.com>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. São Paulo: Editora Vozes, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 223-244.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 1–203. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: 13 dez. 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias à plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **A transformação do silêncio em linguagem e ação**. Comunicação de Audre Lorde no painel “Lésbicas e literatura” da Associação de Línguas Modernas em 1977 e publicado em vários livros da autora. Disponível em: [www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/amp](http://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/). Acesso em: 19 maio. 2021.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 19 de maio. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SEMOG, Elé. Ponto histórico. **Literafro**, 2018. Disponível em: www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/732-ele-semog-ponto-historico. Acesso em: 14 out. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

SILVA, Roberta Ribeiro da. Mulheres Negras, Produção e interseccionalidade. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22236/2/Roberta%20Ribeiro.pdf> acesso em 02/03/2022.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando a sua história**. Rio de Janeiro, Malê, 2019.